

DOLARIZAÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O Estado de S. Paulo, 24/3/91

A transformação do dólar em moeda oficial na Argentina, conforme propõe o Plano Cavallo II, é uma solução ao mesmo tempo heróica e natural para a profunda crise da economia e do Estado argentinos. O Ministro da Economia não tinha, na verdade, outra alternativa, senão dolarizar totalmente a economia do país, dado o caráter crônico da dolarização ali existente. Na Argentina não há apenas uma crise fiscal profunda e uma inflação crônica ou inercial, que, dada a perda do crédito público, mantém a economia em permanente regime hiperinflacionário. Estas características também existem no Brasil, e nem por isso se justifica substituir o cruzeiro pelo dólar. Em adição temos na Argentina um fenômeno econômico único - a "dolarização crônica" - que há muitos anos inviabiliza qualquer esforço estabilizador naquele país.

Fiquei convencido deste fato em abril de 1990, quando estive na Argentina e conversei com alguns dos melhores economistas daquele país. Propus então a Aldo Ferrer escrever um artigo sobre esse caráter crônico da inflação argentina (publicado no último número (41) da Revista de Economia Política, Editora Brasiliense). Soube na ocasião do plano de dolarização formal ou oficial da economia argentina, proposto por Luiz Rappoport, então alto assessor do Ministério da Economia, quase aprovado pelo governo em dezembro de 1989, logo após a primeira explosão hiperinflacionária do governo Menem.

A maioria dos meus amigos economistas na Argentina viam com reservas esse plano, mas, a partir da hipótese por mim e por Aldo formulada de que a dolarização se tornara crônica na Argentina, tornou-se claro para mim que não havia outra possibilidade de estabilização para aquele país senão eliminar a moeda nacional e ficar apenas com o dólar como moeda interna. Da mesma forma que o único remédio para uma inflação crônica ou inercial é combinar política fiscal com política de rendas (em princípio, congelamento temporário), a única forma de escapar da armadilha representada pela dolarização crônica é dolarizar plenamente.

No Brasil nunca houve dolarização, apenas ameaça. Nos países em que as hiperinflações tiveram pleno desenvolvimento, como a Alemanha dos anos 20, a dolarização foi praticamente total, mas foi aguda, durou poucos meses, os meses da hiperinflação. Na Argentina a dolarização, com o convívio de duas moedas, existe há anos. Há tempo é possível comprar títulos do governo em dólares e fazer depósitos em bancos nacionais em dólares. A economia é firmemente indexada em dólar. A taxa de inflação, em princípio, acompanha fielmente a taxa de câmbio, ao contrário do Brasil, onde as discrepâncias entre as duas taxas são enormes. Havia uma grande quantidade de moeda-dólar circulando na Argentina e um grande número de bens e mercadorias que, além de precificados, eram transacionados em dólares.

Este quadro refletia, em última análise, a crise fiscal do Estado argentino, a perda total do crédito público, e, por consequência, a perda de confiança na moeda nacional, que tem como único garantidor o Estado. Mas, em adição a essas características, que também estão presentes no Brasil, havia este fato adicional relativamente autônomo: a dolarização crônica, que durante anos, através de um complexo processo, se institucionalizou na Argentina.

Cavallo foi portanto corajoso ao retomar, provavelmente com alterações, o plano inicialmente proposto por Luís Rappoport. Se o plano for bem sucedido, a Argentina, enquanto ele durar, perde a sua moeda nacional, perde o poder de emitir, o poder de senhoriagem, que é um dos poderes que definem um estado nacional soberano. Este é o custo que a Argentina se mostra disposta a pagar.

Para que o plano seja bem sucedido, tem-se insistido que é preciso que o austral seja plenamente conversível. Eu sugiro que a condição é mais rigorosa: é necessário que o austral deixe efetivamente de circular. O êxito do plano depende, exatamente, de se acabar com a circulação de duas moedas na Argentina.

Isto significa que os austrais acabem todos sendo convertidos em dólares. Que todas as transações sejam feitas em dólares, inclusive pagamento de impostos e salários. Isto significa que o Estado, perdendo o poder de emitir, ou consegue financiamentos em dólares, ou elimina totalmente qualquer déficit.

Mas não basta que haja uma única moeda e equilíbrio forçado das finanças públicas, é necessário também que não haja inflação em dólares. É necessário, em outras palavras, que os agentes econômicos não passem a aumentar seus preços e salários em dólares. Ora, isto só é possível se o grau de abertura da economia for tal, que qualquer elevação de preços de determinados bens viabiliza sua imediata importação. Neste caso, o nível de salários e de lucros terá que se ajustar ao grau de produtividade da economia. Se forem altos demais, a empresa que os paga perde competitividade a nível internacional e fecha. Em uma economia indexada mas não dolarizada, como a Brasileira, não basta abrir a economia para garantir a estabilização, porque os agentes econômicos podem inercialmente aumentar seus preços e o governo,

inercialmente, não tem outra alternativa senão corrigir a taxa de câmbio. Na Argentina é essencial agora que desapareça na prática a taxa de câmbio. Que o orçamento público se mantenha equilibrado. E que a economia esteja inteiramente aberta.

A crise econômica argentina é gravíssima. Para resolvê-la os argentinos terão que aceitar muitos sacrifícios. Salários, lucros, rendimentos de toda natureza terão que ser ajustados aos níveis viáveis, consistentes com o equilíbrio micro e macroeconômico do país. Entretanto, quando não há outra alternativa senão as soluções heróicas, é necessário tomá-las. E levá-las às suas últimas conseqüências, como espera-se que seja agora feito na Argentina.